

## **A tortura psicológica no funcionalismo**

**Correio Braziliense** de 14/12/2008.

### **A força do assédio moral na administração pública**

Luciano Pires

Da equipe do **Correio**

No começo, parece só implicância. Mas, com o tempo, a convivência entre chefe e subordinado fica insustentável. Quem dá as ordens, abusa do poder para garantir espaço, impor suas vontades ou simplesmente humilhar. Obrigado a segui-las, o funcionário se sente acuado, vive o dia a dia do trabalho com medo e chega até mesmo a adoecer. No setor público o assédio moral ganha contornos bem particulares.

Mais do que nas empresas, as relações dentro de uma repartição esbarram no subjetivismo do cargo, prevalecendo, muitas vezes, a velha máxima do “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. A falta de uma legislação específica deixa o Estado refém do bom senso — ou da falta dele — de cada agente público. Ainda não é possível medir o custo econômico da pressão excessiva e repetitiva dentro do funcionalismo, mas seus efeitos colaterais afastam pessoas do trabalho e ajudam a inflar o trânsito de servidores entre um órgão e outro.

A ponta do iceberg pode ser vista no atendimento prestado pela Ouvidoria do Servidor. Todos os dias, pipocam denúncias de abusos praticados por gerentes, diretores, secretários ou mesmo colegas de bancada. “Há choques de gerações e métodos. Se tivesse uma lei, muita gente pensaria duas vezes antes de praticar o assédio moral”, diz Alberto Felippi, ouvidor do servidor.

### **Legislação**

Uma tímida iniciativa de qualificar os abusos e de punir os praticantes está parada no Congresso Nacional. O Projeto de Lei 2.369, de 2003, que joga luz sobre o problema no âmbito da iniciativa privada, empacou nas comissões da Câmara e nada indica que sairá do lugar tão cedo. Há pontos positivos na proposta, como a definição de critérios para classificar a agressão psicológica e a previsão de indenizações financeiras às vítimas. Ao menos esses dois itens poderiam servir de parâmetros para inibir os desmandos em órgãos públicos. O funcionalismo, no entanto, é sonoramente ignorado.

Cabe ao Executivo propor regras exclusivas para tentar minimizar a ocorrência de assédio moral na administração, mas interesses políticos e a própria cultura do setor público impedem que boas idéias venham à tona. “O processo de fritura profissional é algo assustador no funcionalismo. Há conflitos e eles ocorrem devido justamente à incapacidade do gestor de negociá-lo. Os efeitos são terríveis. Inclusive uma parte do grupo acaba se anulando para não se confrontar”, completa Felippi.

### **Perda de amigos**

Funcionário da Caixa há 19 anos, um gerente, que não quer se identificar por medo de retaliação, conta que há mais de um ano é perseguido. Autor de uma ação judicial contra o banco, na qual questiona o recebimento de horas-extras contratuais, o empregado foi chamado de surpresa para um ajuste de contas. “Se você não abrir mão da ação as coisas vão ficar difíceis”, teria dito o chefe. O tempo passou e o trabalhador acabou perdendo a função comissionada que engordava seu contracheque. “E ainda fui transferido de agência, como se estivesse sendo rebaixado”, completa. Para piorar, os amigos da antiga agência não o convidam mais nem mesmo para aniversários. “Tem gente que insinua até que sou ladrão, que furto comida da copa. A sensação é péssima”, reforça.

A Caixa, por meio de nota enviada ao **Correio**, informou que “reitera o seu compromisso com princípios éticos de gestão de pessoas e repudia condutas que possam caracterizar qualquer espécie de assédio moral. A excelência na gestão de pessoas é uma das diretrizes da instituição”. O banco esclarece ainda que foi pioneiro “em colocar à disposição de seus empregados canal interno para receber reclamações, denúncias e sugestões, garantindo inclusive o anonimato”.

## **Armação ilimitada**

A fofoca, o complô e as ações deliberadamente montadas para arruinar alguém não são perversidades exclusivas dos chefes. O assédio moral de baixo para cima também ocorre e é bem mais comum no setor público do que na iniciativa privada. Motivo? A estabilidade no emprego.

O indicado político, o servidor recém-concursado e o técnico de carreira que conseguiram se destacar em pouco tempo são os alvos prediletos das equipes que, por tradição ou convicção, formam “panelinhas” para “derrubar” seus desafetos. “Vale tudo, até apagar arquivos de computador. Já vi gente dizendo que espalhou coisas ruins sobre a vida pessoal do chefe e enrolou o dia inteiro para entregar um documento”, diz um servidor do Ministério da Fazenda.

Especialista em casos de assédio moral, o advogado Robson Zanetti explica que as organizações — públicas ou privadas — são as que mais perdem quando fecham os olhos para o problema. Segundo ele, por não saberem como agir, órgãos públicos e grandes companhias acabam minando sua própria competitividade, deixando que os empregados se engalfinhem. “O chefe só é ruim porque a organização permite. O assédio moral é tortura psicológica, que causa estresse, que se repete”, afirma.

Nos tribunais, revela Zanetti, os casos mal julgados são cada vez mais comuns. Muito pelo fato de que o Judiciário também não entende o que é e como o assédio deve ser reprimido. “Já vi empresário ser condenado injustamente. Apesar de, por experiência própria, saber que o assédio moral é mais forte no setor público, acredito que o chefe de uma repartição eventualmente sofre com isso”, justifica. **(LP)**